

Editorial

Caro leitor! O presente número compõe-se de textos tecidos em torno de questões sociais, éticas e políticas. Com isso asseguramos a política editorial da nossa revista, que se pauta pelas linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNISINOS. Seguindo uma alternância de publicação, recorro que publicamos em nosso número anterior artigos segundo a linha de pesquisa “Ética e Linguagem”.

As trepidantes mudanças que atravessam a realidade social contemporânea parecem obscurecer o sentido do mundo que estamos fabricando. Conceitos como globalização e neoliberalismo representam uma imagem superficial do modelo social que estamos adentrando. As novas formas institucionais, globalizadas ou não, se erguem sobre dispositivos de poder nem sempre visíveis, mas muito eficientes. Esses dispositivos de poder se legitimam pela produção de novos saberes e, por sua vez, originam novas relações sociais. A característica predominante destes novos dispositivos de poder, assim como das práticas sociais por eles implementadas, é o controle.

O controle é uma prática que sujeita o indivíduo às instituições pelo gerenciamento qualificado de suas ações. O controle, como mecanismo de poder, incide em duas dimensões. Primeiramente, tem como objetivo produzir um modelo de subjetivação de acordo com as demandas estruturais. Posteriormente, estabelece dispositivos externos para vigiar, administrar e governar a qualidade das práticas. Estas duas dimensões do controle, ou seja, a produção da subjetividade e o gerenciamento das práticas dos indivíduos, se entrelaçam dialeticamente de

tal modo que o indivíduo vai ajustando seu estilo de subjetividade através da sua adaptação aos requisitos institucionais que controlam suas práticas, e, concomitantemente, a produção eficiente de uma subjetividade sujeitada qualifica as práticas do sujeito otimizando seus resultados.

Este novo modelo social produz seus modos de dominação de classe, assim como a exploração qualificada dos indivíduos, porém não o faz pelo uso da força bruta. Pois uma dominação social autoritária gera uma resistência proporcional à força imposta, provocando instabilidade nas instituições e fragilidade no sistema. As sociedades contemporâneas têm como base institucional a defesa da livre decisão dos indivíduos; isso deslocou o foco da dominação e da repressão da liberdade, como era nas sociedades tradicionais, para a fabricação e controle da decisão do indivíduo, ou seja, não se visa reprimir mas produzir o querer e o desejo do indivíduo.

As sociedades atuais fabricaram ingentes dispositivos de poder com o objetivo de incidir no desejo dos indivíduos. Inclusive pode-se afirmar que eles fabricam o paradigma de subjetivação do indivíduo e evitam a construção do sujeito. Uma densa rede de novos saberes produziu grande quantidade de técnicas que influenciam e induzem o desejo, de tal modo que a “livre” decisão do indivíduo chegue a coincidir, em grande parte, com as demandas estruturais do sistema. Temos, pois, desenhado o primeiro aspecto do paradigma da sociedade de controle.

Como a fabricação do desejo do indivíduo é insuficiente para um controle eficiente de suas práticas, a cada dia são desenvolvidas novas técnicas de controle externo que vêm a qualificar e avaliar se o próprio indivíduo é adequado ou inadequado para sua inserção institucional. Este, para sobreviver nas atuais sociedades, tem que se inserir e progredir nas hierarquias institucionais. Se não conseguir integrar-se institucionalmente, sofrerá o estigma da exclusão. Para fugir desta nova lacra social, o indivíduo tende a ajustar seu comportamento às demandas institucionais. Para tanto, ele procura qualificar do melhor modo possível sua prática para ajustá-la ao perfil demandado pelas diversas instâncias a que aspira aceder. Essas instâncias, para maximizar sua eficiência, produziram uma rede de técnicas de

controle das práticas cujo objetivo é selecionar os melhores e aprimorar permanentemente o rendimento da estrutura.

Os controles se iniciam já no momento do acesso do indivíduo à estrutura. Para ser admitido, sofrerá uma seleção com base num *curriculum*. O *curriculum* despe o indivíduo e confronta seu estilo de vida com as demandas da instituição, de tal modo que todo indivíduo busca produzir o estilo de vida e as práticas que mais se ajustem às demandas estabelecidas. Uma vez aceito, sua prática passa a ser controlada em todas as instâncias internas. As modernas técnicas de controle evitam a voz autoritária do capataz tradicional, não se colocam mais inspetores para ficar olhando, nem existem mais os encarregados de vigiar o tempo e o comportamento dentro das instituições. Em seu lugar surgiram técnicas de controle de qualidade, formas de controle do tempo, métodos de controle da produção, comissões de avaliação institucional, relatórios sobre o desempenho, avaliações contínuas sobre demandas e contribuições, etc. Em resumo, o indivíduo percebe que uma grande parte de suas práticas cotidianas estão submetidas a algum tipo de controle institucional, de tal modo que se elas não chegam a se adequar convenientemente, sofrerá uma paulatina exclusão institucional.

Com base nestes novos dispositivos de poder, o indivíduo tende a sujeitar-se flexivelmente às demandas institucionais, constituindo um tipo de *subjetividade flexibilizada* adequada às demandas. Há uma integração consentida do indivíduo ao sistema. Com esse modelo, o sistema consegue uma alta eficiência estrutural, resultados de grande qualidade e uma suficiente estabilidade institucional. As técnicas de controle se afirmaram de tal modo que as próprias instituições sofrem modos de controle. Instâncias superiores controlam as inferiores, comissões de avaliação de organismos internacionais controlam os governos, relatórios externos monitoram empresas, etc. O controle se amplia como uma técnica de poder que incide no modelo de sociedade, uma *sociedade administrada* ou *sociedade de controle*, e no estilo de subjetividade, uma *subjetividade flexibilizada*.

A sociedade civil com seu dinamismo de resistência democrática tem sido um baluarte na defesa da ética, nos meandros do convívio político e social, naquilo que é possí-

vel para reter o avanço da sociedade de controle, na sua malha dominadora e eficaz.

É essa a âncora teórica que articula os textos aqui reunidos, os quais apresentam vários matizes de análise da democracia, de seus avanços e limites. Apresentamos artigos que foram articulados sobre interesses, intenções teóricas e práticas que buscam solidificar a pesquisa na configuração da ética e da cidadania para nosso tempo. Recordo também que apresentamos, ao final, resenhas de alguns livros e que o número 8, jan./jun. 2004 está publicado no endereço <http://www.humanas.unisinos.br/revistafilosofia>.

O Editor